

# Processo de afiliação de egressos da EJA no Ensino Superior: *desafios e propostas à docência universitária*<sup>1</sup>

*Neilton da Silva*<sup>2</sup>

**Resumo:** A democratização do ensino superior brasileiro, aliado ao processo de expansão das universidades públicas, da primeira década do século XXI, até o tempo presente, vêm contribuindo para que os jovens e adultos acessem a formação universitária, embora os estudos revelem que a conclusão do curso de graduação tem sido permeada de obstáculos e incertezas. Portanto, a “afiliação”, que nos remete aos estudos do sociólogo francês Alain Coulon, consiste num desafio a ser encarado pelos docentes universitários que têm lecionado para esse novo público de estudantes, originários das camadas populares. Contudo, não podemos esquecer que esse fenômeno emergente também requer providências institucionais, com vistas à garantia da permanência, da qualidade das aprendizagens e das vivências acadêmicas dos estudantes. Desse contexto, emergiu o estudo em questão, que tem como objetivo problematizar a afiliação de egressos de uma modalidade da Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que têm ingressado na universidade pública. Relativamente aos dilemas do acesso em que o trabalho, os conhecimentos prévios insuficientes, a falta de tempo para os estudos e as dificuldades do primeiro ano da vida universitária são os maiores dilemas para os estudantes jovens e adultos, sugere-se algumas estratégias para a acolhida e à prática profissional dos docentes universitários face à condição dos novos estudantes do ensino superior.

**Palavras-chave:** Expansão; EJA; Acesso; Afiliação; Docência universitária.

---

1 Este estudo é fruto de reflexões teóricas e de problematizações sistemáticas, decorrentes da nossa experiência como docente universitário, lecionando na área de Educação de Jovens, Adultos e Idosos nos cursos de Licenciatura em Pedagogia e Biologia, bem como da atuação no âmbito da Coordenação de Colegiado de curso de graduação na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

2 Pedagogo e Mestre em Educação pela UNESA/RJ e Doutorando em Educação e Contemporaneidade pela UNEB. Professor Assistente na UFRB, com experiência profissional e acadêmica nos seguintes temas: Pedagogia Universitária, Profissionalização Docente e Educação de Jovens e Adultos. É membro do Grupo de Pesquisa Docência Universitária e Formação de Professores (DUFOP/PPGEDuC/UNEB).

## **Apontamentos iniciais em torno de um debate que já começou**

A democratização do acesso ao ensino superior, verificada na última década do século XX, passando pelo alvorecer do século XXI – até os nossos dias, é notória (SANTOS, 2005; ZAGO, 2006). A esse movimento, articula-se o processo de expansão das universidades, que tem revelado possibilidades, mas também desafios sem precedentes, especialmente, no que diz respeito à permanência dos estudantes das camadas populares que tem alçado a Educação Superior<sup>3</sup> na atualidade.

O processo de expansão do ensino superior evidenciado, tem se dado de variadas formas, tanto pela esfera pública estadual, quanto, e, principalmente, pela esfera federal, com destaque para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), mediante a adesão das IES, a partir de 2008. No bojo desse programa, foi criado um pacote de medidas para as universidades públicas, a fim de que elas ampliassem o número de vagas, garantissem a oferta de cursos de graduação variados e em todos os turnos, com arranjos curriculares mais flexíveis, entre outras providências.

Temáticas como a permanência; a elevação das taxas de conclusão, dos cursos de graduação presenciais, e o enfrentamento da evasão passaram a ser pautas de debate e de intervenções, ainda que se reconheça que estamos distantes de erradicar os problemas existentes. Toda essa ampliação, de acordo com Sampaio e Santos (2011), gerou ressonância desde a infraestrutura até a dinâmica de funcionamento das universidades, cujos turnos se ampliaram, inclusive para o noturno que, tradicionalmente, apresentou oferta de cursos e vagas inexpressivos.

Aliado ao crescimento das vagas e das taxas de matrículas, a oferta de cursos passou a ocorrer nas modalidades presenciais e a distância, demandando

---

3 De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9.394/96), seu objetivo é formar cidadãos de direito, estimulando a cultura, o desenvolvimento científico, o pensamento reflexivo nas carreiras das diversas áreas do conhecimento científico, expressando assim uma perspectiva de qualidade do ensino.

investimento em pessoal, por sua vez, estimulando a abertura de vários concursos para docentes universitários e para técnicos-administrativos à época da implantação do REUNI. Com efeito, as instituições, os gestores e os docentes universitários têm sido constantemente desafiados a pensarem nos riscos de fracasso e de abandono dos estudantes (SAMPAIO; SANTOS, 2012) que, historicamente, tiveram seus direitos sociais e educacionais negados, por sua vez, inviabilizando o exercício de uma cidadania plena.

Como se pode perceber, nessa breve problemática, a expansão das universidades e o acesso ao ensino superior nos permite refletir sobre aspectos de várias naturezas que remontam as consequências de uma expansão deliberada, sobretudo num cenário de crises que tem abarcado as universidades no século vigente (SANTOS, 2005). A questão da equidade e a criação de políticas e estratégias à permanência dos novos estudantes, aliada ao controle da evasão, se colocam como pautas necessárias e urgentes (MOROSINI, 2001; SAMPAIO, SANTOS, 2011).

Embora seja legítimo discutirmos sobre os temas de relevo supracitados, concentraremos nossos esforços na reflexão sobre o acesso e, mais especificamente, sobre a transição dos egressos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao ensino superior. Nesse sentido, o propósito central desse trabalho é problematizar o processo de afiliação do público mencionado, na perspectiva de sinalizar os desafios à docência universitária e, no contraponto, enunciar certas possibilidades, para uma ação pedagógica reflexiva, que assume o compromisso de centrar o ensino na aprendizagem dos estudantes universitários que constituem o público ao que nos referimos.

A EJA é uma modalidade da Educação Básica, “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (Art. 37). Essa modalidade está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), e respaldada pelo Parecer nº 11/2000, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que explicita as suas diretrizes e as suas funções (reparadora, equalizadora e qualificadora).

Concluída a modalidade EJA, os estudantes estão aptos a ingressarem no ensino superior, em qualquer das iniciativas (pública ou privada). O encaminhamento se dá a partir da inscrição do estudante, ainda durante os estudos na modalidade, no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Após a realização do ENEM, o aluno, na condição de candidato, faz uso da nota obtida no exame para pleitear uma vaga no ensino superior, por via da inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU/MEC).

O debate ora procedido torna-se relevante, pela escassez de estudos sobre a temática que toma os jovens e os adultos, como sujeitos de direitos à educação e à construção de uma cultura universitária, com vistas ao aumento do seu “capital social e cultural” (BOURDIEU, 2007) e, em sua consequência, a melhoria das suas condições de vida. Para Almeida *et al* (2012, p. 900) “cumpre perceber até que ponto é que tal massificação decorre de uma efetiva democratização, tanto do acesso como do sucesso de parte dos grupos sócio-culturais menos favorecidos que frequentam essa modalidade de ensino”.

As pesquisas já realizadas, tanto por pesquisadores estrangeiros, com destaque para Coulon (2008); e brasileiros, a exemplo de Zago (2006) e Fagundes (2014), abordaram assuntos bastante diversificados, tendo em comum o acesso e a permanência de estudantes jovens das camadas populares no ensino superior. Nessa perspectiva, recorreremos ao estudo de Brocco e Zago (2014, p. 05), sobre o estado da produção de conhecimento, que evidencia o campo temático de interesse dos investigadores, no qual as autoras identificaram que

as principais temáticas investigadas com estudantes de origem popular podem ser assim resumidas: aspectos psíquicos de trajetórias escolares prolongadas nas camadas populares (PIOTTO, 2007); o acesso e a permanência das camadas populares no ensino superior (ZAGO, 2005) e neste, três se voltaram para bolsistas de programa de extensão com as comunidades populares (PINHEIRO, 2007; ARENHARDT, 2012; SILVA, TEIXEIRA, 2007); análise sociológica da escolha do curso superior (NOGUEIRA, 2007); hierarquia de carreiras no ensino superior (VARGAS, 2010); a relação trabalho e estudo (VARGAS, PAULA, 2011); ProUni aspectos conceituais, empíricos (ALMEIDA, 2010) e institucionais e intersubjetivos (CARVALHO, 2007).

Para fato da afiliação do público jovem e do adulto na universidade ser recente na agenda brasileira, convidamos desde já outros pesquisadores a se lançarem nesse desafio. Cabe ressaltar que a nossa intenção com esse texto, não é, sob nenhuma hipótese, atribuir respostas prontas para as tensões que permeiam o debate sobre a afiliação dos os jovens e adultos, no ensino superior, nem tampouco atribuir soluções como uma espécie de “bula de remédio”, com princípio ativo, posologia, indicações e reações adversas capazes de prever e intervir diante dos problemas que surgem no percurso formativo dos estudantes universitários, jovens e adultos.

As impressões até aqui apresentadas, fundamentam-se nos aportes teóricos, nas pesquisas realizadas por outros investigadores (CAMINHA, OLIVEIRA, 2010; BERNARDIM, 2013; BISINELLA, 2014; BARROS, MONTEIRO, MOREIRA, 2014), na experiência do pesquisador e no diálogo próximo com estudantes de escolas estaduais, matriculados na modalidade EJA. Tais estudos merecem referência, pois se debruçam especificamente sobre o público jovem e o adulto que tem ingressado na universidade, no calor da expansão, e versam sobre realidades muito particulares. Seus resultados são bastante semelhantes, e mesmo sem uma perspectiva mais alargada, acreditamos que os pesquisadores trouxeram contribuições singulares para refletirmos sobre o contexto e, com isso, encontrarmos fôlego para conferirmos algumas sugestões aos docentes universitários que trabalham com o público em assunto.

Para a informação dos leitores interessados nesse estudo, procuramos organizar o texto, didaticamente, situando, desde já, os elementos que constituem uma prévia da problemática, seguindo para um tópico que visa esclarecer, de modo breve, o processo de expansão das universidades brasileiras. Logo após, dedica-se uma reflexão respaldada em Alain Coulon (2008), acerca do processo de afiliação dos estudantes universitários, oriundos da Educação de Jovens e Adultos, até chegarmos à discussão sobre a docência universitária, situando-a como campo complexo, carregado de implicações e responsabilidades à formação pessoal e profissional dos novos estudantes que tem chegado às universidades.

Por fim, retomamos ao objetivo do trabalho para atribuímos mais algumas notas acerca do fenômeno do acesso nas IES, públicas brasileiras, lembrando as dificuldades que os estudantes de camadas populares enfrentam para firmarem-se como estudantes, tão logo, anunciando algumas sugestões, aos docentes universitários, sob o intento de contribuir com a afiliação do novo público que almejam a condição e o ofício de estudante.

### **Expansão, democratização e acesso das camadas populares na universidade pública brasileira**

A democratização do ensino superior – no Brasil contemporâneo, ocorrido nas últimas décadas, é um dado revelador que vem caracterizando um fenômeno que tem sido denominado de “massificação”, tendo em vista o acesso de estudantes – com perfil diferente do habitual na universidade, “provenientes das camadas sociais e culturais menos favorecidas e com menor tradição familiar de formação acadêmica superior” (ALMEIDA *et al*, 2012, p. 899). Apesar de reconhecermos que a massificação do ensino superior é uma realidade incontornável, cabe uma reflexão crítica acerca das perspectivas de democratização do acesso, em relação à democratização do sucesso dos novos ingressantes, desejosos de uma formação acadêmica universitária.

Devido às transformações sociais e do mundo do trabalho, no apogeu da globalização, as universidades têm sido convocadas a formar quadros de profissionais médios, não mais apenas a elite da sociedade. Esse contexto tem impulsionado a expansão do ensino superior, em grande parte, por meio da iniciativa privada, configurando esse nível de ensino como “um negócio em expansão”, mas também por meio do investimento público com a criação de universidades e institutos, de cursos com configurações curriculares variadas; de políticas afirmativas, destinadas a certos grupos de distintas origens étnico-raciais (sistema de cotas) e sociais que, historicamente, estiveram à margem das propostas governamentais para a Educação Superior (SANTOS, 2005).

A democratização do ensino e a questão da expansão tem relação estreita com as metas preconizadas para a Educação Superior, previstas no Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>4</sup> atual, com prazo de cumprimento até 2024. Sob a égide do PNE, foram criadas várias políticas educativas, a partir de 2003, com orientações estratégicas diversificadas, que se expressam por meio de iniciativas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), entre outras ações (BROCCO, ZAGO, 2014).

Cumprir assinalar que a expansão das universidades brasileiras, credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC), faz com que os processos de regulação e controle desse nível de ensino aumentem, mediante a intervenção da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O aumento do número de instituições de ensino superior, ao longo de uma década, foi considerável, de acordo com a tabela abaixo:

**Tabela 1** - Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica e Categoria Administrativa - Brasil - 2003-2013

Ano	Instituições								
	Total	Universidade		Centro Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2003	1.859	79	84	3	78	86	1.490	39	-
2004	2.013	83	86	3	104	104	1.599	34	-
2005	2.165	90	86	3	111	105	1.737	33	-
2006	2.270	92	86	4	115	119	1.821	33	-
2007	2.281	96	87	4	116	116	1.829	33	-

4 O PNE (2014-2024), foi sancionado pela Presidente da República Dilma Rouseff sob a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, apresenta vários avanços em termos de concepção e clareza das metas. A qualidade do ensino, a expansão da oferta de curso e número de matrículas em todos os níveis de modalidade de ensino são bastante visíveis.

2008	2.252	97	86	5	119	100	1.811	34	-
2009	2.314	100	86	7	120	103	1.863	35	-
2010	2.378	101	89	7	119	133	1.892	37	-
2011	2.365	102	88	7	124	135	1.869	40	-
2012	2.416	108	85	10	129	146	1.898	40	-
2013	2.391	111	84	10	130	140	1.876	40	-

Fonte: Mec/Inep (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2013)

O aumento do número de instituições de ensino superior verificado acima, em uma década, é proporcional ao número de cursos e matrículas. De 2003-2013 houve um crescimento de quase 50% nos cursos e de matrículas, indicando um processo de democratização do acesso, como se pode verificar na sequência:

**Tabela 2** - Evolução de cursos e matrículas no nível superior na década – Brasil 2003-2013

Ano	Cursos	Matriculas
2003	16.505	3.936.933
2004	18.751	4.223.344
2005	20.596	4.567.798
2006	22.450	4.883.852
2007	23.896	5.250.147
2008	25.366	5.808.017
2009	28.671	5.954.021
2010	29.507	6.379.299
2011	30.420	6.739.689
2012	31.866	7.037.688
2013	32.049	7.305.977

Fonte: Mec/Inep (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2013)

Com a ampliação do número de vagas nos mais diversos cursos, as IES públicas, mas também as privadas, passaram a experimentar uma mudança expressiva no perfil dos discentes, cujo retrato do acesso tem feito com que haja incertezas acerca do sucesso dos estudantes, das camadas populares. Os dados do Censo da Educação Superior (2013) indicam uma discrepância no que tange ao número total de ingressantes no nível de graduação e a sua conclusão, haja vista as altas taxas de evasão, por motivos não aclarados, de mais de 50%.



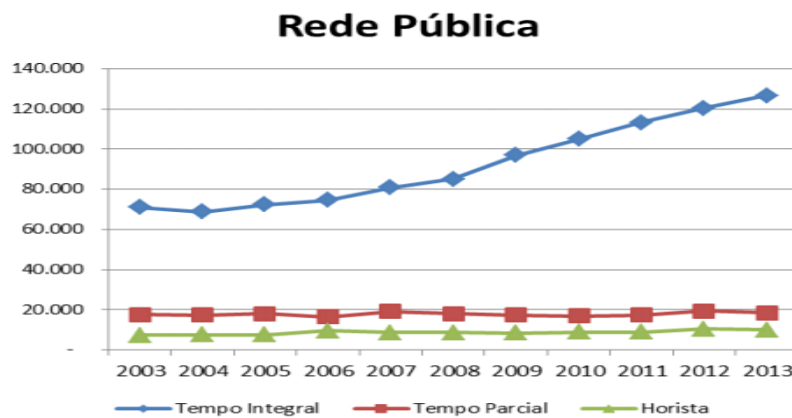
Os dados de evasão, ao longo de uma década, evidenciam que esse desafio não tem sido adequadamente abordado. O ingresso de alunos na universidade tem aumentado, em termos das matrículas realizadas ao longo do período anunciado, porém, quanto à permanência os resultados são inversamente proporcionais, pois vários estudantes universitários, não conseguem concluir o curso superior. Dessa consequência, muitos têm optado pelas transferências interna e externa, adotando esse procedimento, várias vezes, até encontrar o curso que lhes pareça mais fácil ou mais adequado ao seu perfil (ZAGO, 2006; BROCCO, ZAGO, 2014).

No tocante ao insucesso acadêmico que inviabiliza a conclusão dos cursos de graduação, pelos estudantes, várias leituras podem ser feitas, a partir de várias óticas. As explicações giram em torno do frágil capital cultural com que ingressam na universidade – devido a escolarização anterior, que se reflete nas dificuldades de leitura, escrita, raciocínio lógico-matemático, comunicação, organização do pensamento, produção autoral, metacognição, falta de identificação com o curso superior, escolha que muitas vezes não se deu pelo estudante; ele foi escolhido, em função da nota de ingresso que não lhe permitiu a primeira ou segunda opção, entre outros aspectos (ZAGO, 2006, COULON, 2008, BELLETATI, 2012). Torres e Soares (2014) assinalam, ainda, que a frágil construção de atributos básicos de aprendizagem, dadas as limitações dos conhecimentos prévios, a pouca motivação, disponibilidade, compromisso e abertura ao novo são elementos que concorrem para a qualidade da formação dos estudantes.

Seja como for, as dificuldades e as limitações de todas as ordens precisam ser superadas, de modo que os estudantes consigam concluir seus cursos. Nessa direção, as instituições de ensino superior públicas, e os docentes universitários se defrontam com uma tarefa árdua, sobre a qual precisam pensar e tentarem encaminhar soluções viáveis, no sentido de garantir, não apenas o ingresso dos estudantes de camadas populares, mas a permanência qualificada (SAMPAIO; SANTOS, 2011, 2012).

Do ponto de vista do número de docentes universitários, a expansão das IES públicas (mas também privadas) também houve um crescimento observável, conforme o gráfico abaixo:

**Gráfico 1** – Número de docentes da rede pública em exercício na Educação Superior e regime de trabalho – Brasil 2013



**Fonte:** Mec/Inep (CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, 2013)

Os resultados do estudo comparativo entre Portugal e Brasil, sobre a democratização do acesso e do sucesso no Ensino Superior, realizado por Almeida *et al* (2012, p. 899) indicam que

permanecem acentuadas assimetrias sociais nas instituições e nos cursos a que se tem acesso, ao mesmo tempo em que a permanência e abandono também se diferenciam socialmente em termos das respectivas taxas de incidência. Estes fenômenos têm causas diversas, não sendo possível ilibar as próprias instituições de ensino superior de responsabilidades nesse cenário.

A situação se torna mais complexa quando os estudantes matriculados são trabalhadores e egressos de uma das modalidades da Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, ainda mais, se estão matriculados em cursos superiores noturnos, pois suas oportunidades de viverem a universidade e toda a gama de situações formativas se tornam mais restritas, em virtude do trabalho e da falta de tempo, respectivamente, um aspecto da vida e uma variável, difíceis de serem articuladas quando o assunto é a vida universitária. Geralmente, os estudantes têm

dificuldades para gerir o tempo, já chegam à universidade, praticamente, em cima do horário das aulas, cansados, com sono, a maioria não consegue participar de projetos de iniciação científica, frequentam pouco a biblioteca, quase não podem ir a eventos relacionados à sua área de formação, por motivos sociais e econômicos, entre outras situações (CAMINHA, OLIVEIRA, 2010; BERNARDIM, 2013; SOARES, SAMPAIO, 2013; BARROS, MONTEIRO, MOREIRA, 2014; BISINELLA, 2014; FAGUNDES, 2014).

Os estudos realizados, tanto na realidade francesa (COULON, 2008), quanto na realidade brasileira (ZAGO, 2006), dão conta de que, o principal dilema a ser enfrentado não é o acesso ao ensino superior, mas o da permanência, pois ela relaciona-se com possibilidade de sucesso e, em sua consequência, da conclusão do curso, ao qual o estudante universitário pertence. Brocco e Zago (2014) afirmam que para terem sucesso os estudantes, das camadas populares, precisam fazer muito esforço e ter determinação, a fim de superarem o sofrimento e driblarem o fatalismo de destinos que se impõem as suas origens sociais.

No bojo da democratização do ingresso na universidade, o acesso ao saber consiste é uma equação séria que precisa ser resolvida, e que tem sido alertada por Coulon (2008) e, solidamente fundamentada por Charlot (2000), nos elementos teóricos produzidos acerca da relação com o saber. De acordo com Zago (2006) e Almeida *et al* (2012), inspirados em Pierre Bourdieu, o processo de democratização do acesso, configura um processo que denominam de “exclusão dos incluídos”. Ou seja, os estudantes com origem nos estratos sociais menos abastados, a medida que ingressam na universidade – são incluídos, mas rapidamente se tornam simbolicamente “excluídos”, uma vez que só aumenta a probabilidade de insucesso, em razão dos diversos problemas que enfrentam no cotidiano da vida universitária.

Baseado na realidade que se pode ler, a expansão das universidades e a democratização do ensino superior são marcadas por aparatos estatísticos bastante sofisticados, por indicadores ideológicos, arranjos curriculares diversificados, assim como por um perfil de estudante emergente (MOROSINI, 2008; DIAS SOBRINHO, 2008, ALMEIDA *et al*, 2012).

## **A condição dos novos estudantes universitários e o difícil processo de afiliação: um diálogo com Alain Coulon**

A questão da “afiliação” nos remete aos estudos e, conseqüentemente, às contribuições do sociólogo francês Alain Coulon, professor e pesquisador da Universidade de Paris-8. A alusão ao conceito, e todos os sentidos abarcados em seu interior, nos permite compreender a condição do novo perfil de estudantes que a democratização do acesso, juntamente com a expansão das universidades públicas, fizeram emergir.

Ao ingressar na universidade, o aluno se vê diante de um espaço até então desconhecido, repleto de códigos e procedimentos de rotina que marcam a vida acadêmica, os quais precisam ser assimilados e incorporados ao cotidiano do ingressante (COULON, 2008). Para o novo estudante, a universidade é vista como um novo mundo, no qual ele passará a viver, a pensar, a realizar atividades específicas e a se relacionar com diferentes atores: colegas, professores, gestores, pessoal administrativo, de apoio, entre outros.

De acordo com Coulon (2008), para não fracassar, o estudante se vê desafiado superar as barreiras que se lhe apresentam, fazendo-se necessário desenvolver um *habitus*<sup>5</sup> diferente do que estava acostumado nos demais espaços sociais, nos quais transitava e desempenhava papéis.

O caminho percorrido, pelos ingressantes na universidade, está ligado a processos de transição, nem sempre fáceis de lidar. Para a passagem do status de aluno da Educação Básica para o de estudante do Ensino Superior, existem certas

---

5 Trata-se de um conceito estruturante da sua obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002). O *habitus* é resultante da atividade histórica; é, portanto, socialmente construído e marcado por representações duradouras e resultantes das experiências individuais e coletivas acerca da realidade social, sendo bastante influenciadas pelas instituições sociais (família, escola, etc), que orientam as práticas cotidianas (BOURDIEU, 2007). Referindo-se a Bourdieu, Vasconcellos (2002, p. 03) afirma que “o conceito de *habitus* que ele desenvolverá ao longo da sua obra corresponde a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo que lhe permite pensar, ver e agir nas mais variadas situações. O *habitus* traduz, dessa forma, estilos de vida, julgamentos políticos, morais, estéticos. Ele é também um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas”.

etapas que devem ser cumpridas e que não se dão de forma linear. Segundo Coulon (2008) é preciso, afiliar-se, aprender e conquistar um novo status: o ofício de estudante; o que implica alguns ritos de passagem, nos quais as dificuldades, as descobertas, as rupturas estão sempre presentes. “O aluno deve adaptar-se aos códigos do ensino superior, aprender a utilizar suas instituições e a assimilar suas rotinas” (*Op. Cit.*, p. 32).

A afiliação é um conceito-chave para compreendermos a condição e o percurso dos estudantes universitários, sobretudo, daqueles que são oriundos de camadas populares. Para Coulon (2008), a afiliação é um método, fundado na Etnometodologia, por meio do qual os sujeitos conquistam um novo status social, na medida em que passam a fazer parte de um novo grupo, na condição de membro.

As dificuldades enfrentadas e as rupturas são anunciadas já nas primeiras semanas, e nos primeiros meses de vivências dos novos estudantes, na universidade. A parte disso, o primeiro ano da vida acadêmica é visto como o mais difícil, cuja probabilidade de abandono e de fracasso é maior. Isso ocorre “precisamente porque a adequação entre as exigências acadêmicas, em termos de conteúdos intelectuais, métodos de exposição do saber e dos conhecimentos e os *habitus* dos estudantes, que são ainda alunos, não aconteceu (COULON, 2008, p. 32).

No caso de estudantes universitários jovens e adultos, a tarefa é ainda mais complexa, pois em geral são trabalhadores (ou desempregados), de faixas etárias diversificadas, pais, mães, donas de casa, avôs e avós, residentes das zonas urbanas e ou rurais (de bairros periféricos da capital ou das cidades do interior), de etnia negra, na sua maioria e, quase sempre, pertencentes as camadas populares. Por se constituir um grupo marcado pela diversidade, esses novos estudantes têm de ultrapassar diversas barreiras, situadas na ordem dos aspectos assinalados, até chegar aos bancos da universidade pública. Para Sampaio e Santos (2012, p. 11), a afiliação “abrange, igualmente, hábitos e mudanças relativos à saúde, alimentação, moradia, lazer, às práticas culturais, sexuais e suas relações com a família e a comunidade”.

Perspectivamente, Coulon (2008) convida-nos à reflexão sobre a posição social e o frágil capital cultural dos estudantes das camadas populares, o que muitas vezes interfere na escolha, acesso aos cursos de maior prestígio, a exemplo Direito, Medicina, Engenharia, e a sua conclusão. O autor diz ainda, que diferentemente do que alguns estudantes revelam – que “escolheram o curso ao acaso”, na verdade a história escolar pregressa, as construções cognitivas e suas origens socioculturais é que determinam a escolha e interferem na conclusão.

O estudante universitário afiliado é aquele que desenvolve certos domínios de maneira “natural”, sendo capaz de desenvolver as tarefas da vida acadêmica sem estranheza ou eventuais constrangimentos. Sampaio e Santos (2012, p. 05), explicam ainda que

pensar na noção de afiliação como um processo contínuo, que se repete ao longo da vida do sujeito, cada vez que se coloca para ele a tarefa de tornar-se membro de um novo grupo, assimilar novas funções e desenvolver habilidades antes desconhecidas.

O processo de afiliação dos estudantes de camadas populares na universidade, nesse caso, o jovem e o adulto, é marcado por diferentes tempos – *estranhamento, aprendizagem e afiliação* (COULON, 2008), os quais se relacionam entre si, e vão se transpondo à medida que as informações, a experiência e a cultura universitária vão sendo incorporadas à rotina dos sujeitos, conforme poderemos ver a seguir:

Figura 1 - Tempos do processo de afiliação na vida universitária



Fonte: Adaptação a partir da obra de Coulon (2008)

A figura acima retrata bem os tempos percorridos pelos estudantes universitários, com a finalidade de assimilarem a dinâmica, os procedimentos e as regras peculiares ao contexto universitário, isto é, necessárias à afiliação dos estudantes a vida universitária; sua nova condição e ofício. Relativamente aos tempos do processo de afiliação dos estudantes universitários, cabem mais algumas notas:

**I) Estranhamento** - ocorre no início do curso, é marcado pelas rupturas educativas e emocionais, decorre da ausência de pertencimento a universidade, limitações intelectuais e cognitivas, falta de tempo e pouca habilidade para gerenciar as tarefas acadêmicas, especialmente para os alunos trabalhadores.

**II) Aprendizagem** - marcado pelo início do processo de adaptação do estudante à nova realidade, ocorrendo durante o primeiro ano da vida universitária, quando ele vai, aos poucos, aprendendo e incorporando as rotinas e os códigos da universidade, mas ainda há o risco de abandono e inseguranças quanto ao futuro, após está de posse do diploma.

**III) Afiliação** - o ofício de estudante universitário já é exitoso, uma vez que ele já sabe compreender e interpretar corretamente as regras e códigos institucionais e intelectuais, agindo com autonomia nas atividades que regem o cotidiano da universidade (COULON, 2008; ÁVILA, 2011; SAMPAIO, SANTOS, 2012).

As etapas supramencionadas sintetizam o processo de afiliação, mas também revelam as tensões, os problemas, as dificuldades e as formas de superação que os estudantes universitários precisam operar, para alcançarem o sucesso acadêmico. Dois outros modos de afiliação, quais sejam: *institucional* e *intelectual* devem ser levados em conta, nessa nova condição do estudante jovem e do adulto, oriundos das camadas populares, relativamente a sua entrada e alcance de sucesso, na vida universitária (COULON, 2008).

Do ponto de vista da *afiliação institucional*, entende-se que os estudantes já conhecem, interpretam e utilizam as regras acadêmicas e procedimentos de rotina, de maneira consciente, inclusive as formas de operacionalização do currículo, alinhado

as suas necessidades individuais. Por sua vez, conseguem resolver as questões de ordem prática, vivendo e se orientando no presente, visando cumprir o futuro (COULON, 2008; SAMPAIO, SANTOS, 2012; ÁVILA, 2011).

Na *afiliação intelectual*, baseado nos mesmos autores, pode-se dizer que o estudante é capaz de reconhecer as capacidades e posturas elegíveis a sua condição, cumprindo-as com rigor e competência; age com autonomia diante das solicitações que lhes são feitas; gerencia favoravelmente seu tempo, levando em conta as tarefas da universidade e da vida extra universidade; posiciona-se criticamente e provoca a reflexão dos professores nas situações em que assumem posturas inadequadas; consegue realizar eficazmente as atividades acadêmicas, propriamente ditas, com apreensão e domínio dos conteúdos a elas inerentes, entre outras.

Até aqui vimos que a condição dos novos estudantes universitários – jovens e adultos – é lastreada por um conjunto de fatores que nem sempre se conjugam. As desigualdades que vitimaram (e ainda vitimam) esse público passam a ser, então, confrontadas pelo desejo, pela expectativa, pelo esforço, pela esperança de poder construir um futuro; uma nova história de vida, na qual, o acesso ao conhecimento, a cultura, a crítica, a liberdade de pensamento e de expressão e, conseqüentemente, a cidadania tenham lugares cativos.

Os encontros e desencontros institucionais, as pessoas com as quais tem contato e a atribuição de sentidos, em face da nova condição, passam a permitir que o estudante jovem e o adulto, mas não somente eles, constituam vossas identidades e noção de pertencimento que, fatalmente, interferirão nas suas escolhas e nas suas dimensões pessoa-profissional-cidadã.

Pelas marcas do processo almejado – a afiliação dos estudantes universitários, e as possibilidades de mudança que se impõem, quando as passagens não se efetivam da forma desejada a probabilidade de fracasso é evidente. Como diz Coulon (2008, p. 258), “tem sucesso o estudante que se afiliou”, porém, tal êxito não depende apenas do estudante. Dessa forma, a criação de condições favoráveis para o processo de afiliação, em nosso entendimento, perpassa por aspectos como financiamento de



agências externas de fomento a educação, a ciência, a tecnologia e a inovação; mas também pelas dimensões institucional, administrativa, curricular e pedagógica.

Pelo relevo e complexidade da questão, discutiremos no próximo tópico sobre a docência universitária, procurando descortinar o nosso olhar sobre esse campo, seus saberes e, principalmente, sobre a importância dos docentes no processo de afiliação de jovens e adultos – portadores de direitos que, somente, há pouco tempo vieram a ser chamados de estudantes universitários.

### **Docência universitária e os dilemas de uma realidade emergente**

A docência universitária é uma atividade complexa<sup>6</sup> que se constrói mediante a trajetória do docente e se traduz na junção das seguintes dimensões: a pessoal, a profissional e a institucional (ZABALZA, 2004; ISAIA, BOLZAN, MACIEL, 2009; CUNHA, 2010). De acordo com Cunha (2010, p. 19) a docência universitária trata-se de um campo epistemológico inicial e ainda frágil, quem tem vindo a configurar-se como “importante campo de produção do conhecimento e dos saberes docentes”.

Pimenta e Anastasiou (2010, p. 13) reconhecem a docência como um campo de conhecimentos específicos, cuja formação forja a identidade profissional – com natureza epistemológica, e se configura em quatro grandes conjuntos que, uma vez articulados, possibilitam a intervenção na prática social:

- 1) Conteúdos das diversas áreas do saber e do ensino, ou seja, das ciências humanas e naturais, da cultura e das artes; 2) conteúdos didático-pedagógicos, diretamente relacionados ao campo da prática profissional; 3) conteúdos ligados a saberes pedagógicos mais amplos do campo teórico da prática educacional; 4) conteúdos ligados à explicitação do sentido da existência humana individual, com sensibilidade pessoal e social.

Apesar dos estudos já terem avançado substancialmente, o caminho a ser percorrido ainda é bastante extenso. O silenciamento da legislação, face à docência

---

6 “Essa complexidade se explica pelo fato de seu exercício, voltado para garantir a aprendizagem do estudante, e não para a mera transmissão de conteúdos, envolver condições singulares e exigir uma multiplicidade de saberes, competências e atitudes que precisam ser apropriadas e compreendidas em suas relações” (SOARES; CUNHA, 2010, p. 24).

universitária e, muitas vezes, o desconhecimento dos professores sobre as suas especificidades tem conferido ao ensino um caráter marginal, suscitando a construção de um horizonte de possibilidades capaz de gerar, nos representantes da pedagogia – os docentes, um nível de consciência tal, que os instigue a indagar, a refletir, a descobrir, a aprofundar, a transformar e a mobilizar os seus pares a se envolverem no processo de mudança que se encontra em perspectiva.

O nível de complexidade e de responsabilidade que se impõe à docência, nem sempre é visualizado pelos profissionais que protagonizam o seu exercício, no contexto da universidade, no que concerne a formação dos estudantes. Em se tratando do novo perfil dos estudantes das IES públicas, os desafios relativos a dimensão pedagógica, quer para docentes iniciantes, quer para docentes experientes, são consideráveis.

Partindo do pressuposto de que “não há docência sem discência” (FREIRE, 1996, p. 23), a tradução do exercício do magistério tem como pano de fundo a aprendizagem do discente, sendo o ato de ensinar característico do docente em geral. Essa constatação nos remete a pensar no papel e nos dilemas colocados aos docentes universitários, com a sua tarefa de formar cidadãos e futuros profissionais das diversas áreas do conhecimento, em consonância as novas demandas da sociedade e as exigências do mundo do trabalho, que devem ser refletidas com discernimento.

Dessa forma, é válido o (re)pensar sobre a prática docente e sobre os temas circunscritos aos seus domínios. A necessidade da pauta é profícua ao entendimento dos enfrentamentos presentes, no cotidiano do exercício da docência, além de ser oportuno para o ato de aprender, cada vez mais, sobre o ensino e, nessa relação entre ensinar-aprender-ensinar aprofundar o que já se sabe sobre a docência, gerando condições para, como nos fala Day (2001), o desenvolvimento profissional contínuo dos professores (DAY, 2001).

Assim, é desejável a construção da identidade profissional dos docentes universitários, ao nível da sua autonomia (CONTRERAS, 2002), da compreensão acerca da função social que possuem e, não menos importante, da prática que

desenvolvem em consonância a concepção pedagógica, orientada à formação e ao processo de aprendizagem dos estudantes. Diante disso, é coerente pensar baseado numa compreensão mais abrangente

do processo de aprendizagem e com sua valorização no ensino superior, com a ênfase dada ao aprendiz como sujeito do processo, com o incentivo à pesquisa na graduação e com as mudanças na forma de comunicação. A docência existe para que o aluno aprenda (MASETTO, 2003, p. 23).

Partindo da ideia de que a docência universitária possui uma responsabilidade com a formação dos estudantes, a construção de saberes docentes é uma evidência clara, e o desenvolvimento de atitudes como a reflexão, a crítica e a pesquisa, por sua vez, também (RAMALHO, NUNEZ, GAUTHIER, 2004). Essa lógica confere o caráter processual da formação e, portanto, torna a construção da docência uma ação inacabada.

O saber profissional do professor não é constituído apenas por um “saber específico”, mas por vários “saberes”, de diferentes origens e matizes filosóficas, que fundamentam o ato de ensinar, constituindo-se o suporte necessário ao desenvolvimento da prática pedagógica. Desse modo, há que se considerar os saberes da área de conhecimento, os saberes pedagógicos, os saberes didáticos e os saberes da experiência (PIMENTA; ANASTASIOU, 2010; TARDIF, 2008).

Em convergência (com os autores acima) Cunha (2010) sistematiza ainda outros saberes dos docentes, alguns dos quais convergem para os identificados pelos autores acima, conforme registramos: do contexto da prática pedagógica, da dimensão relacional e coletiva das situações de trabalho e dos processos formativos, relacionados com a ambiência da aprendizagem, do contexto sócio-histórico, do planejamento das atividades de ensino, da condução da aula nas suas múltiplas possibilidades e os relacionados a avaliação da aprendizagem.

Tardif (2008) também acrescenta que na prática educativa são mobilizados saberes e ações: 1) de ordem técnica; 2) de natureza afetiva; 3) de caráter ético e político; 4) voltados para a construção de valores fundamentais; e 5) relativos à interação social. Esses saberes possibilitam ao docente universitário pensar sobre o

que faz, como faz e porque faz, numa reflexão sobre si, sobre o outro em formação e sobre a própria prática, ampliando sua concepção de docência (saberes e práticas), de ciência e de conhecimento.

Diante do novo perfil de ingressantes no ensino superior, nas IES públicas, os docentes universitários se veem diante da tarefa de mobilizar seus saberes e suas competências para ensinar, fazendo frente às dificuldades apresentadas pelos estudantes jovens e adultos, visando a sua superação através de ações estratégicas que favoreçam a construção do conhecimento com base na realidade concreta, no diálogo e nos interesses dos sujeitos. Inegavelmente, os primeiros passos a serem dados passam pela valorização da pessoa do estudante, pelo respeito e conhecimento da sua história e pelas aprendizagens da vida, que forjaram as experiências e modos de compreensão, que os fizeram chegar à universidade.

### **Contribuições aos docentes à afiliação dos novos estudantes universitários: uma síntese (in)conclusiva**

A democratização do acesso das camadas populares a universidade pública é um processo tardio, e, por sua vez, muito recente no contexto brasileiro. Por se tratar de uma realidade em curso, e sobre a qual não existe consenso, o assunto tem despertado o interesse dos estudiosos que se debruçam sobre os temas que circundam o campo da Educação Superior.

Portanto, a compreensão do novo perfil de estudantes jovens e adultos que ingressam nas instituições de ensino superior públicas, consiste num tema de relevo, que necessita ser discutido e problematizado, a fim de encontrarmos caminhos para os dilemas e as tensões que têm dificultado os seus percursos formativos. Apesar do novo público de estudantes universitários ser bastante diversificado, nosso estudo centrou-se nos jovens e adultos, egressos de uma modalidade da Educação Básica – a EJA. Tais sujeitos têm vindo, aos poucos, a ingressar no nível superior, assumindo a condição de estudantes universitários.

Nesse entendimento, acreditamos que o mapeamento do acesso, o levantamento do perfil, o conhecimento das expectativas, além do acompanhamento da permanência, das vivências acadêmicas e dos índices de conclusão do curso de graduação, por parte desses estudantes, são aspectos que precisam ser considerados nos estudos dessa natureza.

A resolução da equação que articula o perfil de ingressantes e a situação de saída (dos egressos) demanda uma série de providências, que se localizam em diversos níveis e no envolvimento de distintos atores, a saber: instituições, gestores, docentes universitários e os próprios estudantes. Essa constatação revela os sinais de que se trata de um debate amplo, que implica esforços imensos e a participação de múltiplos.

Acreditamos que as eventuais dificuldades dos estudantes, vivenciadas durante o percurso da sua formação, serão menos intensas quanto maior forem os investimentos e as oportunidades à afiliação, cujos tempos que marcam a dinâmica universitária, devem ser nutridos pela ostensividade de informações institucionais, pela compreensão das rotinas acadêmicas, pela promoção de vivências acolhedoras entre pares, pela atenção e disponibilidade dos servidores técnicos e docentes universitários, enfim, a partir da garantia dos aspectos que favoreçam a construção de conhecimentos gerais e específicos, capazes de forjar aprendizagens sólidas – que extrapolam os domínios profissionais, já que visam ao desenvolvimento pessoal e a dimensão cidadã dos estudantes universitários.

Para a promoção da afiliação dos estudantes jovens e adultos, a assunção do compromisso, pelos docentes universitários, é fundamental. Contudo, fazê-lo requer uma compreensão sólida do ofício da docência na universidade, o que perpassa pela profissionalidade do professor.

O esforço dos docentes universitários para se munirem de informações, no tocante as características gerais dos estudantes jovens e dos adultos, ingressantes na universidade, é um ponto de partida, inadiável, que precisa contar com o apoio da gestão acadêmica e órgãos setoriais que consolidam tais informações (nome, idade,

sexo, etnia, situação laboral, localidade, entre outros), a exemplo das coordenações dos colegiados de cursos de graduação.

A dedicação de tempo, nos primeiros dias de aula, para uma integração entre docentes e estudantes, principalmente nos primeiros semestres, pode permitir o acesso a algumas informações sobre os universitários. Momentos como esses costumam ser muito ricos, pois é quando se tem abertura para que professores e alunos se apresentem, falem de si, se conheçam, troquem impressões iniciais, criem empatia, explicitem suas motivações e celebrem acordos didáticos. A roda de conversa pode ser uma metodologia bastante apropriada para esse propósito. Além do exposto, a experiência de integração nutre a saúde das relações, entre ensinantes e aprendentes, fazendo imergir a possibilidade de aprenderem, uns com os outros.

Relativamente ao trabalho dos docentes universitários, sugerimos que as ações de ensino sejam orientadas a serviço das aprendizagens de jovens e adultos. Para tanto, sugere-se algumas propostas/estratégicas, que podem ser pensadas, analisadas, implementadas e, principalmente, avaliadas do ponto de vista da coerência e do potencial de contribuição à afiliação dos estudantes universitários. Dentre as sugestões que podem ser conferidas, mais apropriadas para o ensino superior presencial, destacamos as seguintes:

a) identificação das dificuldades dos estudantes (por exemplo: de leitura, escrita, raciocínio lógico, comunicação, organização do pensamento, formas de estudo, etc) e investir na sua superação;

b) reconhecimento dos eventuais conflitos geracionais, já que na sala de aula universitária podem existir estudantes de diferentes faixas-etárias – alguns muito jovens, egressos da rede de ensino regular (não trabalhadores), adultos trabalhadores (que estão na universidade e possuem propósitos claros para mudança de vida), e até mesmo aposentados (idosos);

c) combate a retenção dos estudantes, por motivos que podem ser contornados;

d) aproximação dos estudantes para evitar que o fracasso e o abandono se conjuguem – a dimensão afetiva, o olhar e a escuta por parte dos docentes universitários são fundamentais;

e) estímulo ao envolvimento dos estudantes em diferentes atividades avaliativas grupais, numa perspectiva formativa, no sentido de proporcionar a unidade da turma e o apoio mútuo, principalmente, nos cursos que funcionam no noturno;

e) realização de eventos científicos no âmbito de componentes curriculares ministrados individualmente, ou em decorrência de trabalhos que integrem outros docentes universitários – é desejável que a atividades sejam promovidas em dias e horários oportunos, para que os estudantes trabalhadores possam participar, que eles sejam estimulados a integrarem comissões organizadoras de eventos, sobretudo, a exporem trabalhos (pôster, resumos expandidos, comunicação, etc);

f) dispensação de tempo para orientação tutorial, individual ou coletiva, a fim de dirimir dúvidas, aprimorar orientações conferidas em sala de aula e, até mesmo, para explicar determinadas atividades avaliativas dirigidas; e

g) promoção do contato dos estudantes jovens e adultos com o serviço de monitoria, em horários estratégicos, nomeadamente através do acompanhamento de colegas mais experientes, com o apoio integral do professor que leciona o componente curricular, reconhecidamente de maior dificuldade dos estudantes. Ressaltamos que esse recurso, utilizado há muito, se mostra importante para driblar as artimanhas do fracasso na universidade.

Derradeiramente, acreditamos que o processo de afiliação dos estudantes universitários jovens e adultos terá melhor ressonância, a partir do alcance de um nível de consciência e responsabilidade por parte dos docentes universitários, embora reconheçamos que a instituição deva cumprir o seu papel. Em síntese, o conhecimento do perfil dos estudantes que estão em sala de aula; a valorização dos conhecimentos, que os alunos já possuem; a assunção de uma postura crítica, diante do que julga necessário à promoção de um ensino de qualidade e a reflexão

sistemática, sobre a prática profissional, orientada à mudança pedagógica, são princípios centrais ao sucesso acadêmico dos estudantes.

## Affiliation process of EJA of graduates in higher education: *challenges and proposals for university teaching*

144

**Abstract:** The democratization of Brazilian higher education, coupled with the process of expansion of public universities, the first decade of this century up to the present time, has contributed to young people and adults access to university education, although studies show that completion of the course graduation has been permeated with obstacles and uncertainties. Therefore, the "affiliation", which brings us to the studies of the French sociologist Alain Coulon, is a challenge to be faced by university teachers who have taught for this new audience of students originating from the lower classes. However, we must remember that this emerging phenomenon also requires institutional arrangements, with a view to ensuring the permanence, the quality of learning and academic experiences of students. In this context, it emerged from the study in question, which aims to discuss the affiliation of graduates from a form of Basic Education, the Youth and Adult Education (EJA), which has entered the public university. With regard to the dilemmas of access in the job, insufficient prior knowledge, lack of time to study and difficulties of the first year of university life are the biggest dilemmas for young students and adults, we suggest some strategies for welcoming and professional practice of university teachers face the condition of the new students in higher education.

**Keywords:** Expansion; EJA; Access; Affiliation; University teaching.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. et al. Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012.

ÁVILA, R. C. Estudantes de camadas populares e o ingresso na vida universitária. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 92, n. 232, p. 757-764, set. /dez. 2011.



BARROS, R; MONTEIRO, A. R; MOREIRA, J. A. M. Aprender no ensino superior: relações com a predisposição dos estudantes para o envolvimento na aprendizagem ao longo da vida. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (online), Brasília, v. 95, n. 241, p. 544-566, set./dez. 2014.

BELLETATI, V. C. F. **Dificuldades de alunos ingressantes na universidade pública:** indicações para reflexões sobre a docência universitária. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2012.

BERNARDIM, M. L. Educação e trabalho na perspectiva de egressos do ensino médio e estudantes universitários. **Nuances:** estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 1, p. 200-217, jan. /abr. 2013.

BISINELLA, P. B. G. EJA e ensino superior: um estudo sobre trajetórias de egressos e a transição para o ensino superior no município de Caxias do Sul. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

BROCCO, A. K; ZAGO, N. Condição do Estudante de Camadas Populares no Ensino Superior. **X ANPED SUL**, Florianópolis, outubro de 2014.

CAMINHA, I. S.; OLIVEIRA, A. L. Características da educação de jovens e adultos na percepção de egressos matriculados no ensino superior. **In: VIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica. IX Encontro Latino Americano de Pós-graduação.** Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, SP: UNIVAP, 2010.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber:** elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores.** São Paulo: Cortez, 2002.

COULON, A. **A condição de estudante:** a entrada na vida universitária. Tradução de Georgina Santos e Sonia Sampaio. Salvador: Edufba, 2008.

CUNHA, M. I. A docência como ação complexa. **In: \_\_\_\_\_**. **Trajetórias e lugares de formação da docência universitária**: da perspectiva individual ao espaço institucional. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2010.

DAY, C. **Desenvolvimento profissional de professores**. Trad. Maria Assunção Flores. Porto: Editora Porto. 2001.

FAGUNDES, C. V. Percepção dos estudantes universitários acerca do acesso à educação superior: um estudo exploratório. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (Online), Brasília, v. 95, n. 241, p. 508-525, set. /dez. 2014.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ISAIA, S. M. A.; BOLZAN, D. P. V.; MACIEL, A. M. R. (Orgs). **Pedagogia universitária**: tecendo redes sobre a Educação Superior. Santa Maria: Editora da UFSM, 2009.

MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. **Interface - Comunicação, Saúde e Educação**, v.5, n.9, p.89-102, 2001.

MOROSINI, M. C.. **Qualidade da educação superior e contextos emergentes**. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMALHO, B. L.; NUNEZ, I. B.; GAUTHIER, C. **Formar o professor, profissionalizar o ensino**: perspectivas e desafios. 2. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

SAMPAIO, S. M. R.; SANTOS, G. G. O conceito de afiliação estudantil como ferramenta para a gestão pedagógica da educação superior. **In: 2a conferência da FORGES - Fórum do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa**, 2012, Macau - China. 2a Conferência Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 2012. v. 1.

\_\_\_\_\_. Estudos sobre a Vida Estudantil como Suporte para a Gestão Universitária na área Acadêmica e da Assistência. **In: Fórum da gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa**, 2011, Lisboa e Coimbra. Anais do Forges 2011, 2011.

SANTOS, B. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. E. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SOARES, M. A.; SAMPAIO, S. M. R. Reflexões acerca de ser um estudante trabalhador em uma universidade pública brasileira. **Revista Congreso Universidad**. Vol. II, No. 2, 2013.

SOARES, S. R.; CUNHA, M. I. **Formação do professor**: a docência universitária em busca de legitimidade. Salvador: Editora da UFBA, 2010.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TORRES, M. M. O; SOARES, S. R. Qualidade do ensino: como os docentes pesquisadores encaram esse desafio da universidade contemporânea? **In:** \_\_\_\_\_; MARTINS, E. S (Org). **Qualidade do ensino**: tensões e desafios para os docentes universitários na contemporaneidade. Apresentação. Salvador, EDUFBA, 2014.

VASCONCELLOS, M. D. **Pierre Bourdieu**: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n o 78, Abril /2002.

ZABALZA, M. A. **O Ensino Universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-370, maio/ago. 2006.